

ATUALIDADE II**CRISE**
ECONÓMICA**CHUMBO**
PLANO B
NA QUINTA
FEIRA■ Passos
Coelho já
sabia que
o texto seria
chumbado.
Só não sabia
que seria por
unanimidade.
Ontem falou
com Durão
Barroso
em Bruxelas

Passos insiste no corte de pensões

■ Primeiro-ministro quer evitar uma subida de impostos e estuda corte alargado aos pensionistas. Condições dos juízes do TC dificultam solução

● CRISTINA RITA/DIANA RAMOS/
JOSÉ RODRIGUES

O primeiro-ministro está renitente em subir impostos, mas não desiste de reduzir as pensões em pagamento, apesar do chumbo do Tribunal Constitucional (TC). O corte pode alargar-se aos pensionistas do setor privado.

O Governo está já a estudar o acórdão e o CM sabe que as soluções estarão em cima da mesa do Conselho de Ministros de quinta-feira. "O acórdão revela que não é inconstitucional reduzir o valor das pensões em pagamento, embora

num contexto de reforma mais geral e reunidas certas condições", disse Passos Coelho, para quem o País precisa de dar sinais de confiança aos credores. E não está apenas em causa tapar o buraco de 388 milhões deixado pelo chumbo, que pode ser resolvido com a aplicação automática da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) ao pensionistas do Estado salvos do corte de 10% (vale 340 milhões de euros) e, até através de um ligeiro aumento do IVA. O primeiro-ministro quer assegurar a sustentabilidade da CGA.

Certo é que a intransigência de Passos Coelho colide com a ar-

gumentação dos juízes do TC, que no acórdão só admitem um corte nas pensões em pagamento em condições muito específicas. "Sendo necessário alargar o ónus da insustentabilidade financeira do sistema (...) aos atuais beneficiários, procedendo a reduções e recalculos de pensões já atribuídas, as soluções a equacionar não podem deixar de ser perspectivadas em termos do sistema público globalmente considerado. O TC é contra medidas "avulsas" de simples "ablação bruta das pensões". E deixa o aviso: "O autofinanciamento da CGA já está comprometido com a insuficiência de quotizações e não é a redução das pensões que o vai salvar." ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL**CORREIO**
da manhã**PORMENORES**

● MERCADOS

Os juros da dívida pública a dez anos estavam ontem estáveis nos 6,036%. Os analistas consideram que os mercados já tinham antecipado a decisão do TC.

● EUROGRUPO

O líder do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, reforçou que Portugal tem de cumprir metas do défice para sair do ajustamento, pedindo uma "estratégia credível de consolidação orçamental".

● "É DIFÍCIL INSISTIR"

O constitucionalista Tiago Duarte considera que a sustentação do acórdão do TC "torna difícil insistir na lógica [do corte] das pensões".

**Aumento do IVA
como solução
de curto prazo**

● O Governo pode vir a aumentar a taxa máxima de IVA, de 23 por cento para 23,5% ou 24%, como forma de contornar o chumbo do Tribunal Constitucional, ou seja, obter uma parte dos cerca de 400 milhões de euros de corte na despesa, previstos com o diploma da convergência das pensões.

Esta é uma decisão delicada porque tem obstáculos na coligação PSD/CDS, mas será, apurou o CM, apenas uma solução de curto prazo sem melindrar os mercados. Contudo, no CDS-PP há um histórico de resistência a mexidas no IVA. O ministro da Economia, Pires de Lima, foi um defensor da baixa do IVA na restauração antes de tomar posse como ministro. ■

MARCELO | "NÃO É UM DRAMA"

“A vida continua, não é um drama. São 380 milhões e o Governo encontrará maneiras de acomodar uma parte substancial deste buraco



FREITAS | CORAGEM

“Felicito o Tribunal Constitucional pela coragem com que decidiu por unanimidade e enfrentou a mais radical campanha de pressões



AS REGALIAS PAGAS NO ESTADO

■ **Gratificação tratador solípedes** – Pago pelo Ministério da Administração Interna aos tratadores de cavalos
CUSTO 45 922 € POR ANO

■ **Gratificação tratador de canídeos** – Pago pelo Ministério da Administração Interna aos tratadores de cães
CUSTO 32 491 € POR ANO

■ **Subsídio de gases e de mar** – Pago pelo Ministério do Ambiente e do Mar
CUSTO 13 502 € POR ANO

■ **Serviço de mergulhador** – pago pelo Ministério da Defesa
CUSTO 1,2 MILHÕES € /ANO

■ **Serviço de imersão** – pago pelo Ministério da Defesa
CUSTO 805 555 € POR ANO

■ **Lavagem de viaturas** – Pago por vários ministérios. O valor abaixo é pago só pelo Ministério da Educação
CUSTO 78 221 € POR ANO

■ **Compensação do trabalho de recuperação dos atrasos processuais** – Pago pelo Ministério da Justiça
CUSTO 12,6 MILHÕES € ANO

■ **Despesas de viagens e transporte de bagagens** – Pago pelo Ministério da Justiça
CUSTO 231 713 € POR ANO

■ **Redução do preço bilhetes de comboio** – Pago pelo Ministério da Justiça
CUSTO 66 647 € POR ANO

■ **Subsídio de serviço de periferia** – Pago aos médicos pelo Ministério da Saúde
CUSTO 3,9 MILHÕES € ANO

■ **Suplemento de penosidade** – Pago pelo pelo Ministério do Emprego e Solidariedade a funções com riscos físicos
CUSTO 16 903 € POR ANO

■ **Despesas de representação** – Suplemento pago pela Presidência do Conselho de Ministros
CUSTO 2,9 MILHÕES € ANO

Suplementos da administração pública Top 10 dos mais caros

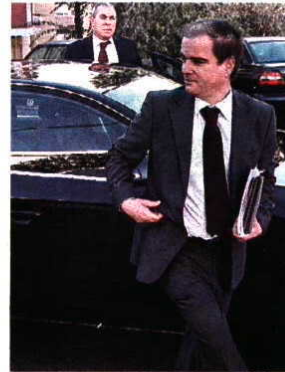
Valores em milhares de euros

Condição militar	120
Supl. serv. forças segurança	76
Fundo estab. tributária	58
Supl./subs. turno	50
Abono representação	40
Supl. escala e prevenção	31
Despesas representação	31
Supl. aumento unid. Pond. USF	30
Comp. des. ativ. específicas USF	18
Suplementos patrulha	18

Entidades que mais pagam

■ Percentagem do total da administração central

PSP	111	17
Aut. Trib. Aduaneira	69	11
Exército	61	10
GNR	57	9
Marinha	47	7
ARS Norte	36	6
Sec. Geral MNE	34	5
Força Aérea	33	5
DG Reins. Serv. Pris.	29	4
ARS LVT	27	4
Estado Maior General FA	16	2
DG Admin. Justiça	14	2
Polícia Judiciária	12	2
ARS Centro	8	1
SEF	7	1
Ins. Seg. Social	7	1
Ins. Reg. Notariado	6	1
C. Hospitalar Oeste	3	0
INE	3	0
DG Política Def. Nacional	3	0



Hélder Rosalino

Suplementos custam 700 milhões por ano

■ Existem mais de 280 suplementos que são pagos na Função Pública e que custam 700 milhões de euros por ano. Isto sem contar com o subsídio de refeição (mais 520 milhões), trabalho extraordinário (120 milhões) e ajudas de custo.

Para racionalizar esta multiplicidade de prestações, o ex-secretário de Estado, Hélder Rosalino, mandou fazer um relatório, cujas conclusões preliminares foram ontem revelados. O Governo quer fazer uma “tabela única” de suplementos, eliminar pelo menos meia centena (que têm poucos beneficiários) e ter como regra que o suplemento seja pago por um valor fixo (não uma percentagem do ordenado) e que seja temporário. ■ M.A.G.

Carreiras que mais pagam

Of. FA	59
Sarg. FA	51
Guarda GNR	48
Praça FA	40
Esp. Médica	29
Diplomata	27
Médico (clínica geral)	25
Guarda Prisional	22
Esp. Enfermagem	18
Oficial de Justiça	15

21-12-2013

PASSOS INSISTE NO CORTE DE PENSÕES

**REFORMAS
PÚBLICAS E PRIVADAS
EM RISCO**



■ Veto do Tribunal
Constitucional
não trava Executivo

■ Plano B discutido
em Conselho
de Ministros 5.ª feira

■ Governo reduz
complementos
salariais no Estado

■ Extras custam 700
milhões de euros
por ano

PÁGS. 8 E 9